



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO EXTERNO

2019



EXPEDIENTE

Secretário da Fazenda:

Marco Aurelio Santos Cardoso

Secretário Adjunto da Fazenda:

Jorge Luis Tonetto

Subsecretário do Tesouro do Estado:

Bruno Queiroz Jatene

Subsecretários Adjuntos do Tesouro do Estado:

Eduardo Rosemberg Lacher

Elói Astir Stertz

Guilherme Correa Petry

Divisão da Dívida Pública (DDIP):

Felipe Rodrigues da Silva

Divisão de Estudos Econômicos e Fiscais e Qualidade do Gasto (DEQG):

Nelson Roncarati

Divisão de Planejamento Financeiro e do Sistema Integrado e Adm. do Caixa (DPLAN):

Fabiano Messina

Divisão de Programação e Execução Orçamentária(DPO):

Isabel Jorge

Divisão de Programação e Execução Financeira (DPROF):

Eroni Izaías Numer

Divisão de Pagamento de Pessoal (DPP):

Juliana Debaquer

Divisão de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional (DTDI):

Elio Dornelles Andres Filho

Comitê de Programação Orçamentária e Financeira (CPROF):

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro

Grupo de Assessoramento Especial (GAE):

Sônia Tizoni

Seção de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SEPRE):

Marcos Antônio Bosio

CHEFES DE ASSESSORIA

Assessoria de Planejamento (APLAN):

Diego da Silva Timmers

Assessoria de Orientação e Normatização (ASSON):

Roberto Luiz da Luz Bertoncini

CHEFE DE GABINETE

Nelson Alexandre Korman



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019



RELATÓRIO EXTERNO

2019

MISSÃO:

Gerir as finanças públicas e ser guardião da sustentabilidade fiscal.

VISÃO:

Instituição de excelência protagonista da gestão fiscal do Estado.

VALORES:

Confiabilidade, competência, proatividade e cooperação.

I.



INTRODUÇÃO



Desde sua criação em 2010, o Tesouro do Estado, uma das três subsecretarias que compõem a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, atua como importante meio para que todas as demais áreas de atuação da Administração Pública Estadual possam prestar à sociedade melhores serviços. Com o propósito de prover o presente, mas preocupada com futuro, isso quer dizer que como guardiã dos cofres públicos, a essência da instituição passa pela engenharia financeira que viabilize a implementação de políticas públicas, pelo pagamento dos compromissos financeiros necessários para o bom funcionamento do Estado, pelo fluxo de recursos no curto prazo e a sustentabilidade fiscal para prover um futuro mais seguro.

Com um corpo de servidores qualificados, o Tesouro do Estado persegue mais do que realizar pagamentos com recursos disponíveis. Busca desenvolver projetos estratégicos para melhorar a relação com seus públicos prioritários (gestores públicos, servidores estaduais, fornecedores e sociedade), mas acima de tudo, contribuir para uma melhor prestação de serviços nas áreas fins do Estado.

Em 2019, o desafio foi enorme. Com ajustes constantes e dinâmicos no fluxo de caixa e com repercussões mês a mês nas despesas, em especial no processamento da folha de pagamento, coube ao Tesouro do Estado realizar ações e cenários para honrar as despesas públicas. Mais que isso, a missão passou pela busca de novas receitas, por cortar gastos possíveis se aproximando da nova realidade imposta ao serviço público e por desenvolver projetos para dar mais agilidade a processos e reduzir gastos.

Contribuíram para o processo a ampliação da intensidade de negociação com a União para enquadramento no Regime de Recuperação Fiscal – RRF e com outras instituições, bem como o aprofundamento das parcerias com a academia, universidades e o investimento em tecnologia.

O ano não foi nada fácil, mas é possível olhar para trás e ver que muito do alicerce para dias melhores foi construído. O exercício da missão de guardião das finanças do Estado é perene na caminhada dos servidores do Tesouro com a compreensão da real vocação do trabalho público.

Todo esse cenário pode ser melhor analisado e entendido a partir de um resumo da conjuntura e os reflexos nas finanças públicas como veremos a seguir.

II.



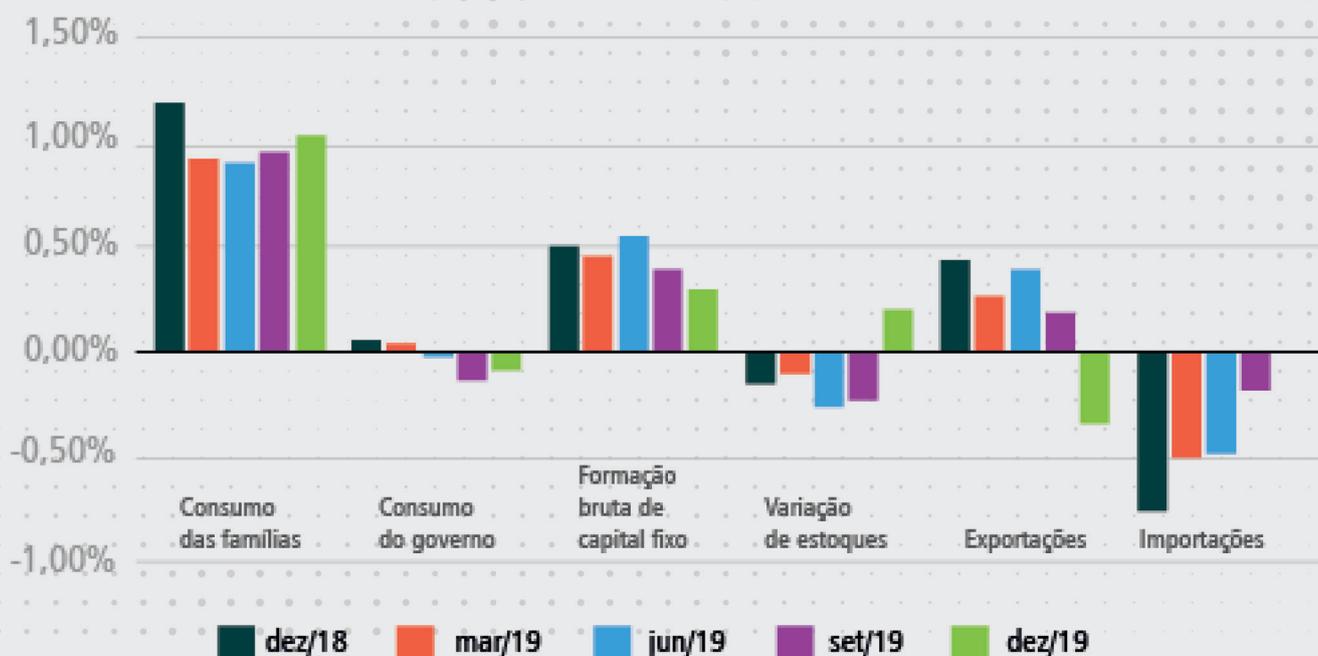
CONJUNTURA DE 2019 E OS IMPACTOS NAS FINANÇAS PÚBLICAS

O principal ponto a destacar sobre a conjuntura econômica nacional ao longo do ano 2019 é que o sistema econômico seguiu em sua recuperação absolutamente lenta em relação ao processo recessivo anterior. De acordo com os dados oficiais divulgados pelo IBGE, o PIB brasileiro ainda se encontra ao final do ano em nível 3,14% inferior ao pico de 2014.

A análise de decomposição da taxa de crescimento do PIB brasileiro mostra que o consumo das famílias se manteve em crescimento muito tímido. Como no Brasil nem as exportações (por razões estruturais) nem o consumo do governo podem fazer o papel de liderar o crescimento da demanda, houve alguma recuperação dos níveis elevadíssimos de ociosidade da estrutura produtiva. Isto não se deu, entretanto, em uma intensidade que pudesse induzir um ciclo de investimentos mais expressivo. Nestas condições, a taxa de crescimento de 2019 foi de apenas 1,1%, inferior àquela que foi registrada para os dois anos anteriores.

Decomposição da taxa de crescimento do PIB brasileiro - 2019

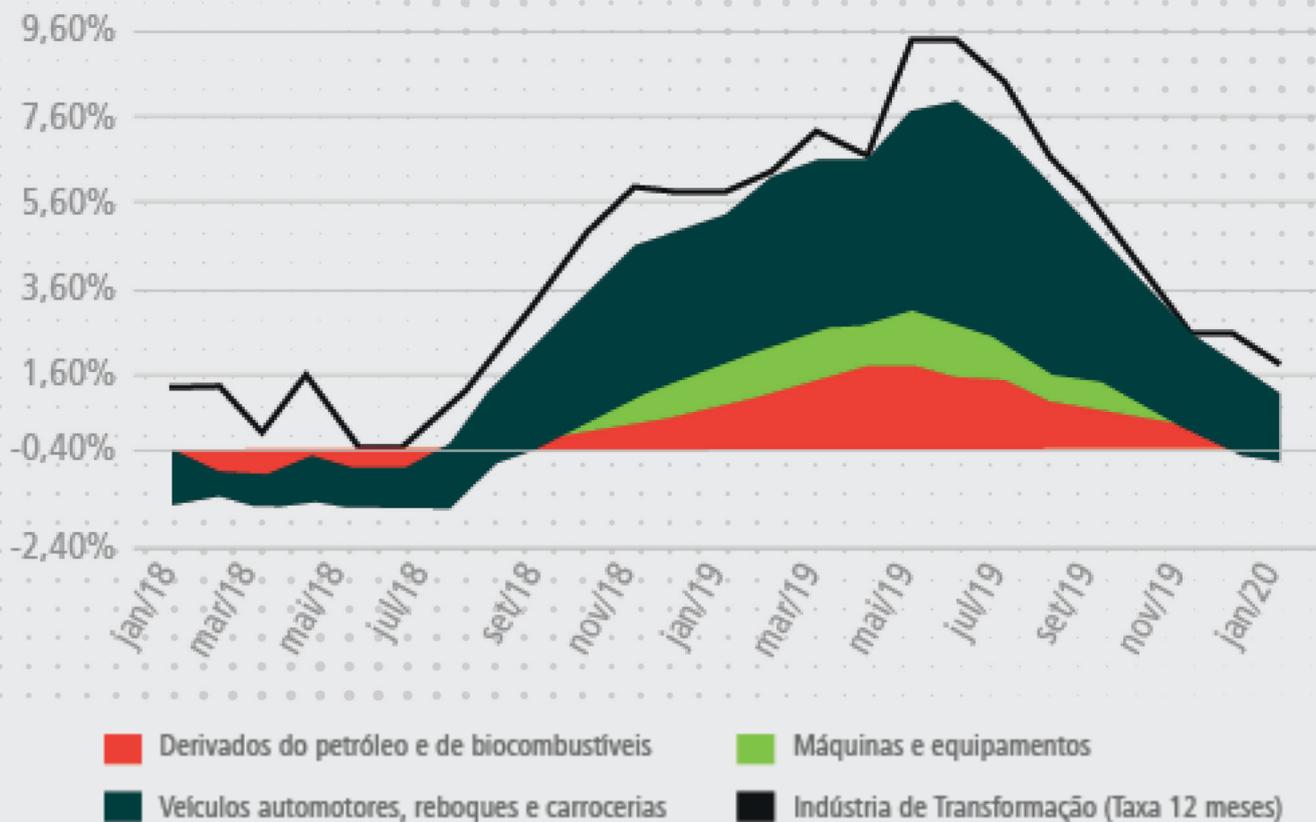
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE



Considerando o contexto específico do Rio Grande do Sul, algumas características da conjuntura nacional acabaram exercendo um efeito relativamente positivo para o seu desempenho. O fato de que a modesta recuperação do investimento em nível nacional esteve bastante concentrada na demanda por veículos leves e pesados favoreceu certos segmentos da indústria estadual. Em meados do ano de 2019, a indústria gaúcha chegou a registrar uma taxa de crescimento próxima de 10%, considerando o acumulado em 12 meses.

Contribuições para a taxa de crescimento da indústria de transformação gaúcha

Fontes: elaboração própria com dados do IBGE e FEE/RS



Ao longo do segundo semestre, entretanto, houve um claro esgotamento do referido processo e o desempenho ao longo do ano como um todo foi bastante inferior ao do primeiro semestre. Ainda assim, no comparativo com o desempenho nacional de 2019, a indústria do Rio Grande do Sul exerceu efeito favorável e, junto com o excelente desempenho da agropecuária, determinou uma taxa de crescimento do PIB de 2%, superior à nacional.

Esse desempenho econômico ainda recalcitrante refletiu no resultado fiscal do Estado. Em 2019, houve um crescimento bastante tímido das receitas, impactadas por um lado pelas antecipações de receita de ICMS e IPVA realizadas em 2018, bem como pela inadimplência da CEEE no pagamento do ICMS, o que acabou reduzindo a receita de 2019, e por outro lado por um programa de refinanciamento de tributos não pagos, em dezembro de 2018, que elevou o valor arrecadado no ano anterior. Assim, o avanço sobre 2018 de 3,4% das receitas totais acabou se mostrando um bom resultado.

Do lado das despesas, o crescimento total foi de 3,8% sobre 2018, com destaque principalmente à remuneração de pessoal que cresceu 4,2% sobre a mesma base, reflexo ainda dos aumentos salariais concedidos em 2014 às categorias da segurança pública e do crescimento vegetativo da folha.

O déficit primário apresentado no ano foi de R\$ 437 milhões, enquanto o resultado orçamentário – que considera todas as receitas e todas as despesas do Estado - foi um déficit de R\$ 3,2 bilhões (sem transferências intra-orçamentárias). Há que se notar que esse resultado considera as despesas empenhadas, ou seja, a parcela da dívida com a União de R\$ 3,47 bilhões que foi empenhada e que não foi paga por força da liminar junto ao STF está inclusa neste resultado.

III.



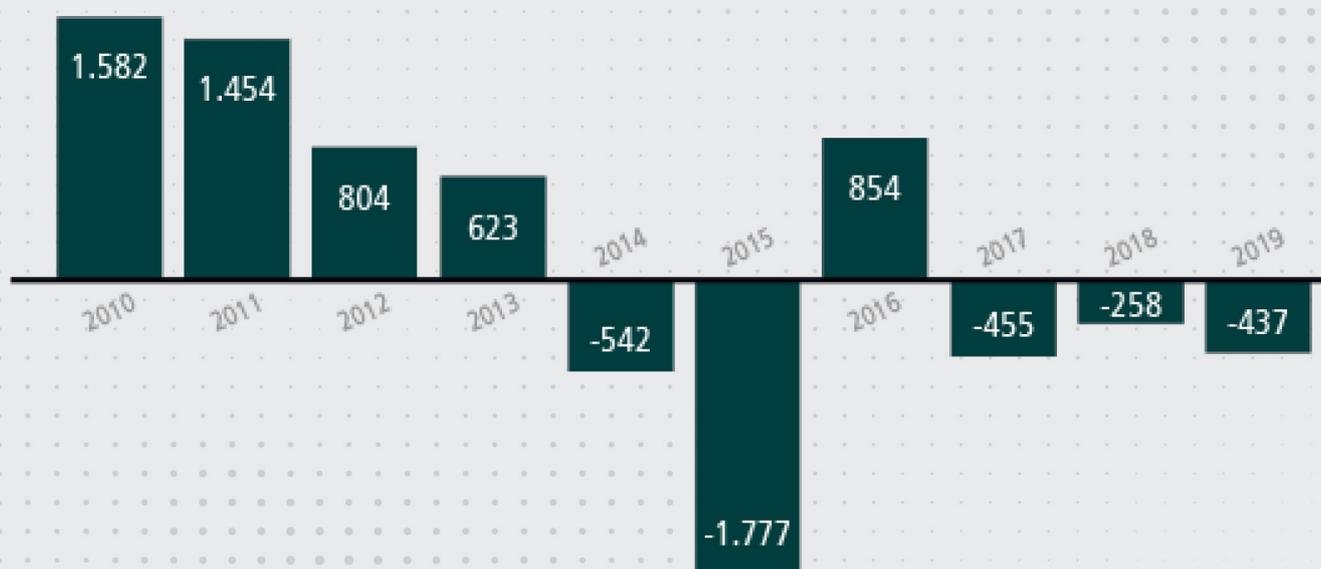
RESULTADOS 2019

O aprofundamento da crise fiscal gerada pelos aumentos de despesa acima do crescimento da receita apresentados nos últimos anos gerou uma execução orçamentária pressionada para 2019. Numa avaliação geral, na busca de uma trajetória de retomada fiscal positiva das finanças estaduais, a análise indica que o Estado está revertendo algumas situações na comparação com exercícios anteriores. Destaca-se o retorno sobre a discussão da importância da meta fiscal no acompanhamento da execução orçamentária como valor institucional.

O resultado primário de 2019 foi negativo em R\$ 437 milhões, inferior à meta estabelecida na LDO, de R\$ 3,6 bilhões.

Evolução do Resultado Primário

Em R\$ milhões



RECEITAS E DESPESAS	VALOR (R\$ Bilhões)	% CRESC. REAL S/ 2018
Receita Primária Total	69,1	1,76%
ICMS Tributo	36,5	4,14%
IPVA Tributo	3,1	2,48%
FPE + IPI Export	2,7	3,54%
Outras Rec Primárias	11,4	13,95%
Transferências Intra-Orçamentárias	15,4	10,18%
Despesa Primária Total	69,5	1,88%
Pessoal e Encargos	31,2	2,43%
Outras Despesas Correntes	21,8	5,86%
Manutenção	11,3	4,13%
Distribuição Receitas	10,5	7,65%
Investimentos e Inversões	0,9	52,07%
Transferências Intra-Orçamentárias	15,6	13,30%
Resultado Primário	0,4	27,82%

No lado das receitas, apesar do cenário econômico negativo, as receitas próprias do Estado, como o ICMS e o IPVA, tiveram bom crescimento, mas permaneceram dificuldades para maiores ingressos oriundos das transferências da União, entre os quais a ausência de repasses referentes à Lei Kandir, assim como a inadimplência da CEEE no pagamento do ICMS. Por outro lado, como já citado, as receitas de 2019 foram impactadas negativamente pela antecipação de receitas da ordem de R\$ 347,7 milhões do ano de 2019 para 2018.

No lado das despesas, com racionalização e controle dos gastos com pessoal e custeio, aliadas ao contingenciamento das despesas de investimentos para aplicação de recursos em projetos prioritários, foi possível reduzir os custos da máquina pública. Contudo, ainda houve aumento nos gastos com pessoal, resultado principalmente do crescimento vegetativo da folha de pagamento e de aumentos salariais concedidos às categorias da segurança pública em 2014 para pagamento a partir de 2015.

Nesse processo foram publicados cinco decretos de contingenciamento fiscal para as áreas de pessoal, custeio e investimento, além da imposição de diversas vedações de despesas.





DESPESAS COM PESSOAL E PREVIDÊNCIA

A despesa total com pessoal e encargos foi de R\$ 31,16 bilhões, um aumento de 6,7% em relação a 2018.

Especificação	2017			2018			2019		
	Realizado	Incremento	%	Realizado	Incremento	%	Realizado	Incremento	%
Desp. total com pessoal e encargos sociais 1	27,093	1,761	7,0	29,215	2,122	7,8	31,160	1,945	6,7
Desp. total pessoal e enc. Sociais s/ RPV. Prec. e DEA	25.692	1.750	7.3	27.558	1.866	7.3	28.710	1.152	4.2

Folha de pagamento por categoria 2	Folha	Incremento	%	Folha	Incremento	%	Folha	Incremento	%
Magist. e Serv. Escola	6.542	0.033	0.5	6.605	0.063	1.0	6.671	0.066	1.0
Brigada Militar + Bombeiros	4.209	0.695	19.8	4.926	0.717	17.0	5.434	0.507	10.3
PC + SUSEPE + IGP	2.220	0.285	14.7	2.636	0.416	18.7	2.873	0.237	9.0
Técnicos-Científicos	0.575	-0.004	-0.7	0.581	0.006	1.0	0.587	0.006	1.0
Demais Categorias Executivo	2.562	0.075	3.0	2.642	0.080	3.1	2.668	0.026	1.0

Analisando o comprometimento da despesa de pessoal do Poder Executivo, nota-se que desde o 3º quadrimestre de 2018 o limite prudencial (46,55%) estava sendo superado, permanecendo por mais dois quadrimestres. No 3º quadrimestre de 2019, retornou a um patamar inferior ao limite prudencial, com um índice de 45,60%. O gráfico abaixo apresenta os percentuais até o 3º quadrimestre de 2019.

Evolução da Despesa de Pessoal (Poder Executivo) sobre a RCL conforme critério do TCE



Em 2019, com inativos e pensionistas representando 59,31% dos vínculos, o déficit da previdência chegou a R\$12,4 bilhões, um crescimento ao redor de R\$ 800 milhões, que elevou o percentual do déficit previdenciário em relação à RCL em relação à receita corrente líquida de 30,7 e 31,3%.

A realização de cálculos e encaminhamentos relativos a mudanças de regras da previdência para combater o déficit culminaram com a aprovação na Assembleia Legislativa, em dezembro, de novas regras para a aposentadoria, como tempo de contribuição, parâmetros de transição para inatividade, alíquotas previdenciárias progressivas e mudanças na base de cálculo da contribuição de ativos e pensionistas, todas de acordo com a Constituição Federal e que deverão possibilitar, ao longo dos próximos anos, o arrefecimento do déficit.

VALORES PAGOS X VALORES SEQUESTRADOS DE RPVS

O processamento atualizado das Requisições de Pequeno Valor - RPVs, com transparência aos beneficiários, Poder Judiciário e Procuradoria-Geral do Estado - PGE, somado ao pagamento em dia, gerou maior credibilidade ao sistema, permitindo grande redução dos sequestros judiciais, que passaram de 67% do total em 2017 e 52% em 2018 para apenas 13% em 2019.

Em 2019, foi implantado novo sistema de RPV eletrônica com inúmeras vantagens operacionais, reduzindo a burocracia e aumentando o percentual de uso do sistema para 80% do total.

Mês/Ano	Pagamentos		Sequestros		Total	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
1 tri 2017	34.414.365,21	21.663	86.683.089,31	12.434	121.097.454,52	34.097
2 tri 2017	11.782.798,32	6.350	106.637.330,68	12.133	118.420.129,00	18.483
3 tri 2017	47.024.173,97	8.884	86.905.761,64	12.091	133.929.935,61	20.975
4 tri 2017	74.156.888,11	17.901	69.920.906,00	13.819	144.077.794,11	31.720
Total 2017	167.378.225,61	54.798	350.147.087,63	50.477	517.525.313,24	105.275

1 tri 2018	75.284.667,48	23.103	66.034.953,60	12.844	141.319.621,08	35.947
2 tri 2018	59.394.638,78	17.908	71.494.851,04	12.249	130.889.489,82	30.157
3 tri 2018	87.108.091,84	22.657	66.818.979,53	11.808	153.927.071,37	34.465
4 tri 2018	86.422.364,27	18.997	53.234.128,53	9.028	139.656.492,80	28.025
Total 2018	308.209.762,37	82.665	257.582.912,70	45.929	565.792.675,07	128.594

1 tri 2019	88.767.685,59	25.142	22.368.233,85	5.095	111.135.919,44	30.237
2 tri 2019	70.500.122,62	19.972	12.955.596,41	3.124	83.455.719,03	23.096
3 tri 2019	79.267.033,94	20.963	11.862.290,56	2.597	91.129.324,50	23.560
4 tri 2019	66.796.436,71	15.516	9.235.977,26	1.635	76.032.413,97	17.151
Total 2019	305.331.278,86	147.670	103.608.218,90	23.267	647.474.339,91	170.937

Obs.: I - Até o exercício de 2019 inclui apenas a Administração Direta e o IPE



DÍVIDA PÚBLICA

O Tesouro do Estado gere uma dívida que em dezembro de 2019 chegou a quase R\$ 78 bilhões. O serviço da dívida foi de R\$ 336 milhões em dezembro, dos quais R\$ 290 deixaram de ser pagos por força de liminar do STF. Por conta disso, desde julho de 2017 já deixaram de ser pagos R\$ 7,4 bilhões. Sem isso, o Estado teria um atraso de vários meses no pagamento da folha dos servidores.

A DÍVIDA COM A UNIÃO REPRESENTA
DAS DÍVIDAS DO ESTADO

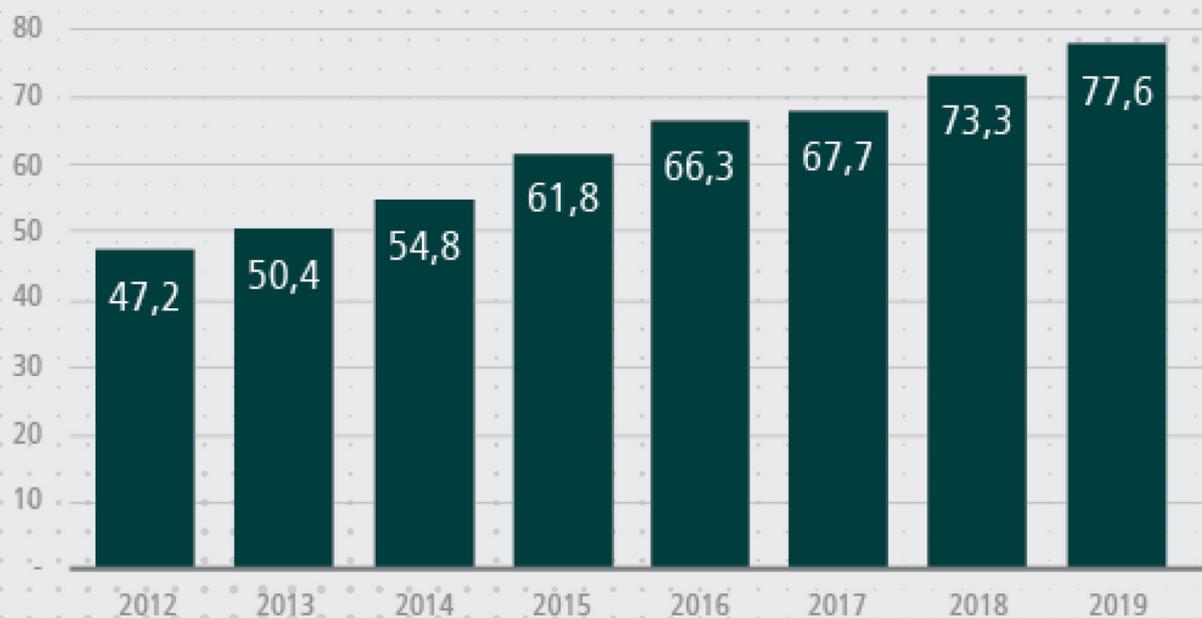
86%

14% SÃO COM OUTROS CREDORES E
REPRESENTAM R\$ 18 MILHÕES

AO TODO SÃO **51** CONTRATOS DE DÍVIDA PÚBLICA,
ALÉM DE PARCELAMENTOS COM
A RECEITA FEDERAL

Evolução do Saldo da Dívida Fundada do RS – 2012-2019

Em R\$ bilhões



Discriminação do Serviço da Dívida Pública Estadual – Adm. Direta 2017-2019

Em mil

	2017	% RLR	2018	% RLR	2019	% RLR
DÍVIDA INTERNA	928.095	3,3	280.749	0,9	286.587	0,9
LEI 9.496/97	525.359	1,8	-	-	-	-
LEI 8.727/93	36.911	0,1	38.503	0,1	28.363	0,1
BNDES	192.869	0,7	202.885	0,7	208.616	0,6
OUTRAS	172.955	0,6	39.362	0,1	49.608	0,2
DÍVIDA EXTERNA	278.844	1,0	433.582	1,4	570.782	1,8
BIRD	148.688	0,5	297.989	1,0	384.855	1,2
BID	111.559	0,4	135.593	0,4	185.927	0,6
JBIC	18.597	0,1	-	-	-	-
TOTAL	1.206.938	4,2	714.331	2,4	857.369	2,7
DÍVIDA UNIÃO SUSPENSAS	1.003.769	3,5	3.198.478	10,7	3.450.023	10,7
TOTAL SEM SUSPENSÃO	2.210.707	7,7	3.912.809	13,0	4.307.392	13,4

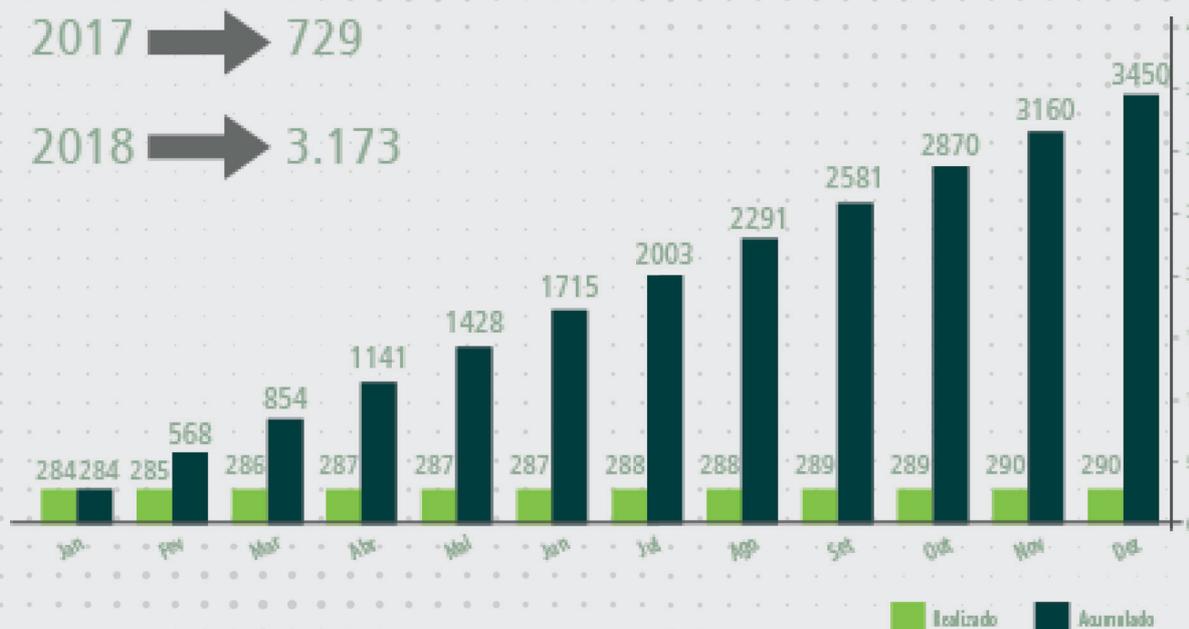
Economia com o não pagamento da dívida

Em R\$ milhões

VALORES DOS ANOS ANTERIORES

2017 → 729

2018 → 3.173



RECEITAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO

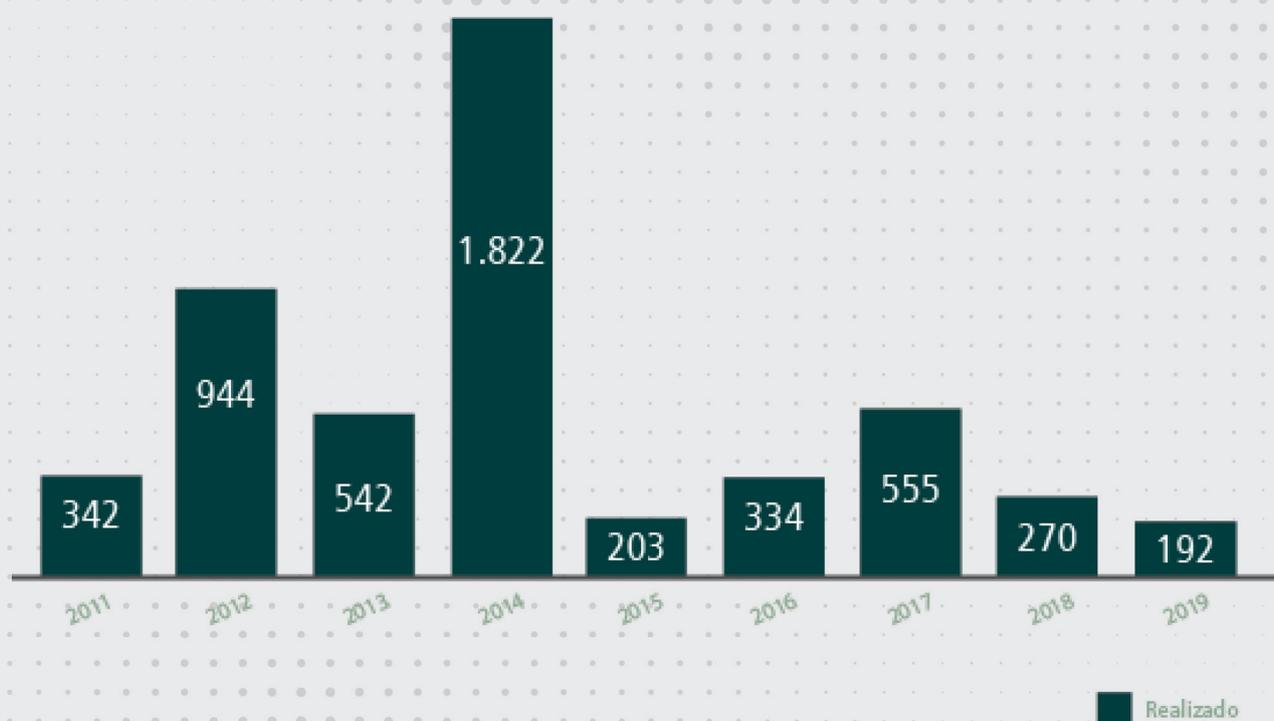
Em 2019, o Estado teve uma receita total com operações de crédito de R\$ 191,87 milhões. Os valores ingressados referem-se a operações contratadas até 2014. Estas operações previam ingressos condicionados aos seus cronogramas de execução, e o longo tempo decorrido mostra que se tratam de partes dos respectivos projetos de difícil execução.

O valor relativamente baixo reflete o cenário atual em relação a este tema: não há margem para novas operações de crédito, salvo aquelas que prescindem de limite.

Receitas de Operações de Crédito - 2019:

Em R\$ milhões

PROREDES/BNDES	50.000
PROREDES/BIRD	81.732
POD/BID	52.072
BNDES/Defensoria	8.065
Total	191.869



Com relação a novas operações de crédito, a grande expectativa é com o Profisco II, Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil, operação que prescinde de limites, com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A aprovação da nova linha de crédito permitirá a continuidade da modernização da gestão fiscal no Estado, alinhada às diretrizes do governo de simplificar os serviços ao contribuinte e de tornar o governo mais digital, com foco no cidadão. Houve importantes avanços no tocante a essa operação em 2019. O Estado teve a carta-consulta aprovada na Comissão de Financiamento Externo – COFIEX, Comissão composta por diferentes órgãos da esfera federal e coordenada pelo Ministério da Economia. A Comissão tem a finalidade de avaliar e autorizar a preparação de programas e projetos do setor público, cuja matriz de financiamento conte com recursos externos oriundos de organismos financeiros internacionais. A lei autorizativa estadual (Lei nº15.371/2019) já foi publicada, a negociação concluída e aprovada pelo BID e a instrução do pleito de contratação e concessão de aval está tramitando na Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

O Regime de Recuperação Fiscal, que poderia representar ingresso de operações tratadas como exceção, não teve suas negociações concluídas.



COMPENSA RS

O Programa permite trocar dívidas de ICMS por precatórios vencidos. O processo é conjunto com a PGE e a Receita Estadual. Sua execução exigiu forte interlocução para padronização de entendimentos entre todos os envolvidos (PGE, Receita Estadual, Tribunal de Justiça e CAGE). Foram baixados (pagos) R\$ 893 milhões em precatórios - número superior às novas inscrições de precatórios que ocorreram no ano. Em 2019, pela primeira vez em décadas, o valor das novas inscrições foi inferior ao dos pagamentos. Ou seja, em 2019 a dívida com precatórios foi estabilizada.

An abstract geometric graphic on the left side of the page, composed of several overlapping triangles in shades of teal, light blue, and dark green, creating a layered, 3D effect.

CUSTEIO

O custeio do Estado não diz respeito apenas à manutenção da máquina pública especificamente, pois importantes serviços são classificados como custeio.

Das despesas de custeio, 75% são vinculadas pela Constituição Federal ou por leis, ou seja, não são passíveis de contingenciamento.

A principal delas é a destinação de recursos à área da saúde (por meio da Secretaria de Saúde e pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Estaduais – IPE Saúde). Majoritariamente são repasses para a rede hospitalar e compra de medicamentos para a população.

As demais despesas não contingenciáveis são o pagamento de rendimentos de depósitos judiciais e com o Programa de Formação do Servidor Público - PASEP.

As despesas inexoráveis se referem aos pagamentos com característica de pessoal (vales refeição e vale transporte, por exemplo), às derivadas de transferências ou convênios federais, e, por fim, aos outros poderes.

A parte contingenciável do custeio se refere às despesas de manutenção de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado. Dentre os maiores gastos desta parte, destacam-se as despesas com transporte, merenda escolar e a assistência técnica rural.

Em 2019, o custeio contingenciável somou R\$ 2.568 milhões, o mesmo patamar de 2018, em valores nominais. Esse resultado reflete, além da eficácia do processo de monitoramento e controle da execução orçamentária, o esforço dos órgãos finalísticos do estado e seu engajamento no processo de ajuste das contas.

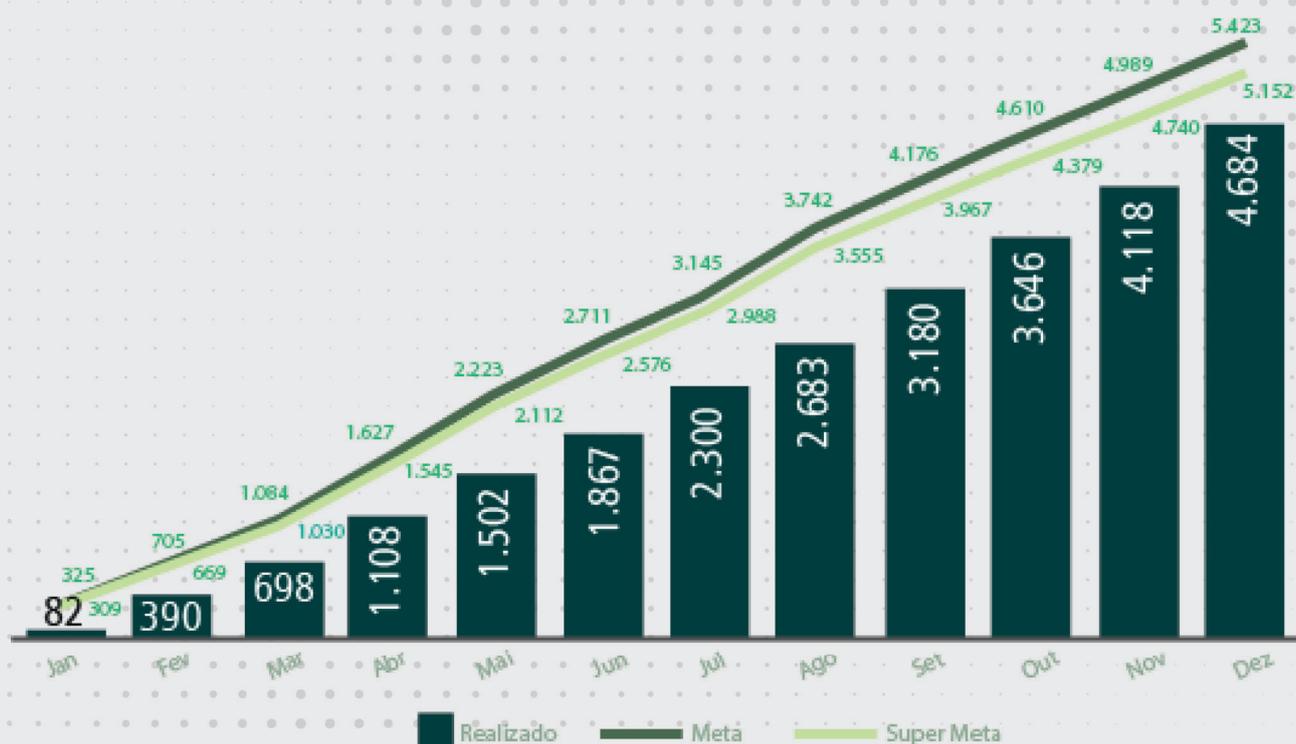
	2018	2019	variação %
Saúde	3.480	3.624	4,1%
Contingenciável	2.568	2.568	0,0%
IPE Saúde	2.110	2.258	7,0%
Encargos	878	1.020	16,2%
Outros Poderes	874	845	-3,3%
Custeio com característica de pessoal	586	764	30,2%
Transferências, convênios e outros	365	202	-44,7%
Total	10.862	11.280	3,8%

No que tange aos percentuais constitucionais, foi atingido o mínimo exigido para a saúde, de 12%, e superado para a educação o imposto pela Constituição Federal, de 25%, mas abaixo do percentual da Constituição Estadual, de 35%, atingindo 27,3% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, RLIT.

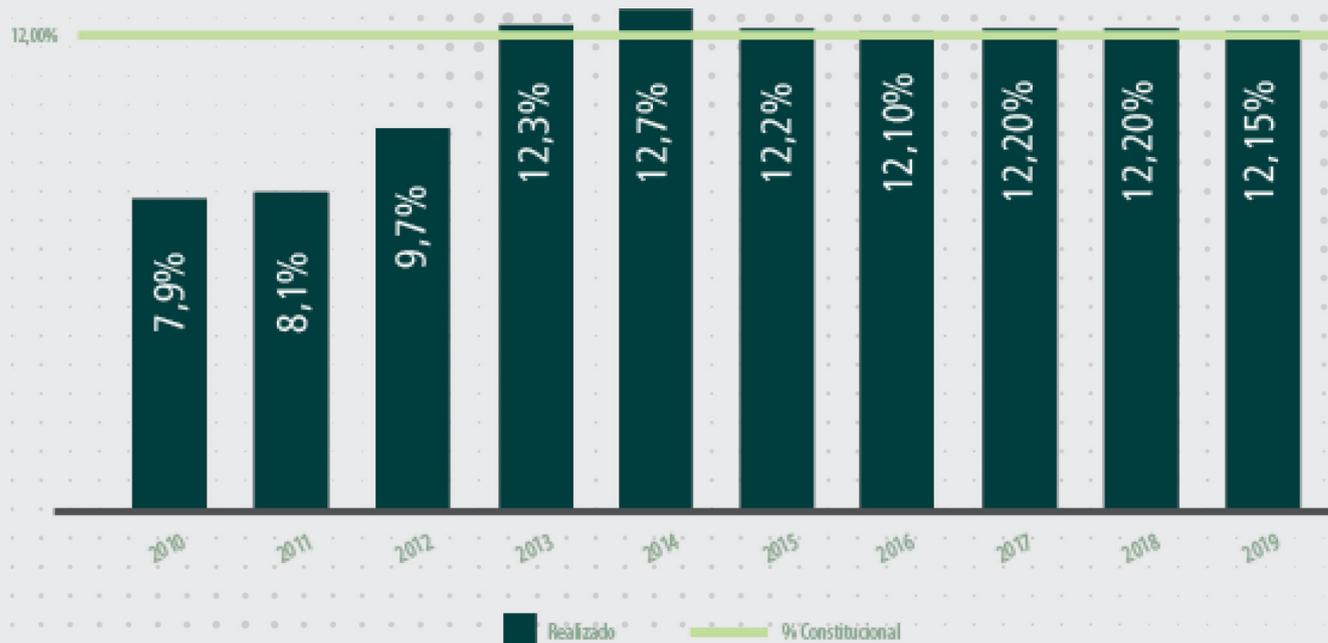
O grupo das Outras Despesas Correntes – ODC representa despesas correntes que não pertencem ao grupo de pessoal, nem aos encargos com a dívida. É muitas vezes tratado pela designação de custeio.

Meta e Super Meta de custeio acumulado

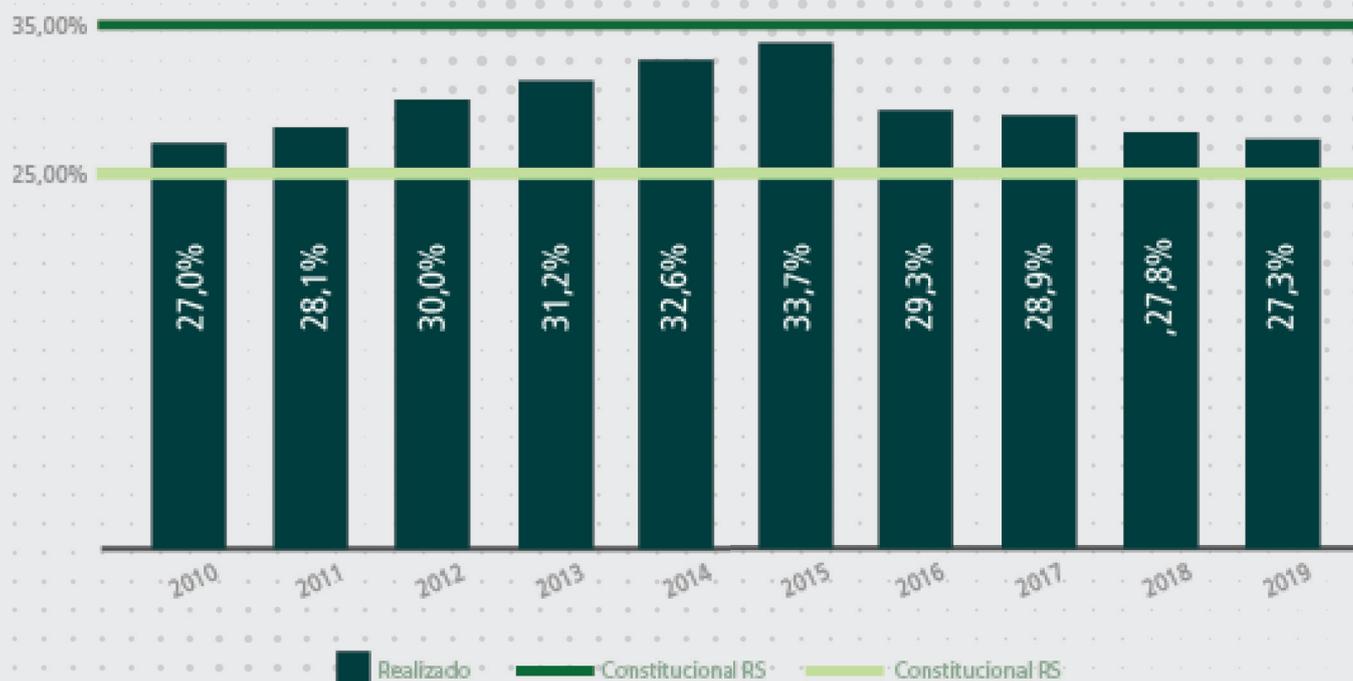
*quanto menor, melhor



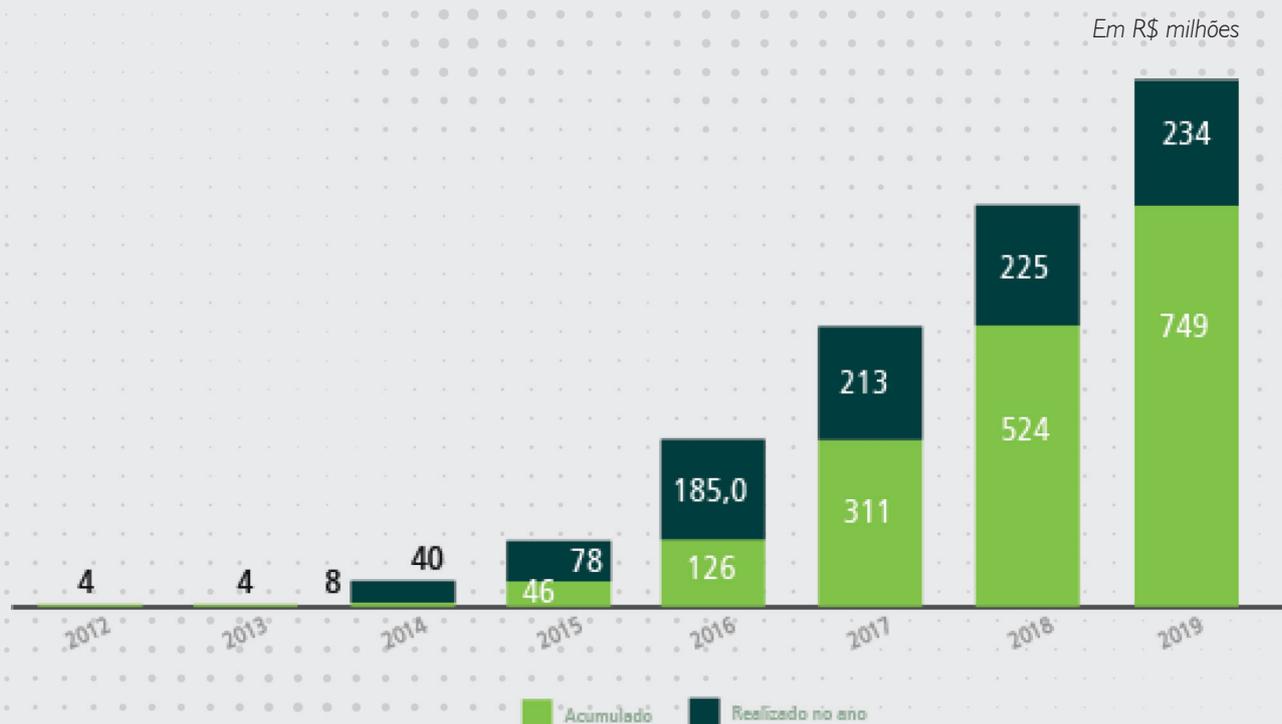
Percentual constitucional de aplicação em saúde



Percentual constitucional de aplicação em educação



Dentro desse processo de monitoramento do gasto público, o Tesouro do Estado desenvolve o Programa de Qualidade do Gasto (PQG). Instituído pelo Decreto nº 50.183, de 2013, o PQG já alcançou uma economia total de R\$ 983 milhões, sendo R\$ 235 milhões em 2019. O objetivo do programa é racionalizar de forma perene o gasto público por meio da promoção e da integração de ações voltadas à gestão eficiente.



III.IV.



INVESTIMENTOS

Em 2019, foram investidos R\$ 923,3 milhões, cerca de 2,33% da Receita Corrente Líquida, principalmente nas áreas de transporte e segurança pública.

Os principais projetos contemplados na área de transporte são restauração e conservação da malha rodoviária, restauração e ampliação da ERS 118 e pavimentação de acesso municipais.

O projeto "Restauração e conservação da malha rodoviária" é dividido em "Conservação de Rodovias" destinado exclusivamente a operações tapa buracos, roçado e sinalizações, ou seja, dar uma sobrevida às rodovias, e projeto "Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária-CREMA", destinado à recuperação completa das rodovias, agregando valor ao investimento.



IV.



PROTAGONISMO EM NEGOCIAÇÕES

O pacto federativo e suas implicações, com temas como o RRF, Lei Kandir e distribuição de recursos são a agenda mais importante e estratégica para os entes subnacionais. O Tesouro participou ativamente no fortalecimento de argumentos, posições e pareceres técnicos em diferentes fóruns de discussão e decisão sobre esses importantes temas fiscais.

Em 2019, a participação do RS tem sido decisiva na articulação pelas transferências da União e nas questões relacionadas à educação e regularidade fiscal.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO LEILÃO DE PETRÓLEO DO PRÉ-SAL

Estudo produzido pelo Tesouro foi fundamental para a discussão dos recursos da cessão onerosa da Petrobras, que no final mais que duplicaram depois das negociações com o Governo Federal e com os outros Estados. Foi proposta nova fórmula de cálculo. A proposição inicial, de considerar apenas os critérios do Fundo de Participação dos Estados – FPE, prejudicava financeiramente o Rio Grande do Sul, que receberia um valor em torno de R\$ 100 milhões. A nova proposta encaminhou o critério de distribuição via Lei Kandir para 1/3 do total de recursos, mantendo em 2/3 a distribuição conforme os critérios do FPE. A medida foi aprovada no Congresso Nacional.

RESULTADO:

Rio Grande do Sul obteve cerca de R\$ 220 milhões, valor mais de 100% superior ao que foi originalmente proposto.

PACTO FEDERATIVO E LEI KANDIR

Pacto Federativo e Lei Kandir: O Tesouro do RS elaborou levantamento completo contendo dados comparativos para os ganhos com a proposta que levou em conta não apenas os índices relativos ao Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados, mas incluiu também a Lei Kandir e Fundo de Financiamento da Exportação.

RESULTADO:

Cerca de R\$ 450,00 milhões para o RS.

EDUCAÇÃO

Nas questões relacionadas à educação, o Tesouro RS elaborou notas técnicas e sugestões de mudanças à legislação que vem sendo proposta, tanto para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB quanto para o Piso do Magistério. A Subsecretaria tem estabelecido um contraponto às propostas que tramitam no Congresso Nacional e que poderão servir como base para a preservação da saúde fiscal de vários entes federados.

A constitucionalização do Fundo foi tema de audiência pública da Comissão Temporária Especial da Câmara dos Deputados, realizada na Federação das Associações de Municípios do RS - FAMURS e em outros fóruns no Estado e em Brasília, num esforço de salientar os pontos importantes da mudança proposta.

A PEC 15/2015 amplia para 70% o piso mínimo de recursos do FUNDEB destinados ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e constitucionaliza a vedação do uso de recursos para pagamento de aposentadorias e pensões.

A proposta também estabelece que a lei disporá sobre a fórmula de cálculo do custo aluno qualidade, consideradas a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem.

Pelo regramento atual, o fundo recolhe verbas públicas e reparte o montante entre todas as 27 redes estaduais e 5.570 redes municipais de ensino. Ele é composto por 20% de diversas receitas, entre elas o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Pelo substitutivo, além de tornar permanente o FUNDEB, a principal alteração em relação à legislação vigente é aumentar a complementação federal de 10% do valor total arrecadado dos estados e municípios para até 40%. O Fundo é a principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil e tem prazo para acabar em 31 de dezembro de 2020.

Só em 2019, dos R\$ 248 bilhões aplicados nas escolas públicas do país,

R\$ 156 bilhões
(65% do total) saíram do FUNDEB.

No RS, o fundo foi responsável por repasse de

R\$ 4,4 bilhões
em 2019.

Pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB devem ser usados na remuneração de professores, diretores e orientadores educacionais. O restante vai para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, como o pagamento de outros profissionais ligados à educação, a compra de equipamentos e a construção de escolas.

V.



PROJETOS 2019

Para que todos esses resultados tenham sido alcançados o Tesouro do Estado trabalhou com projetos importantes. Nesta seção estão relacionados os principais projetos e resultados alcançados em 2019.

17

PROJETOS

6

ENCERRADOS

11

EM ANDAMENTO

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – RRF

Em conjunto com o Gabinete do Secretário da Fazenda, o Tesouro do Estado fez uma série de ajustes e propostas ao Tesouro Nacional para a negociação do Regime de Recuperação Fiscal. Buscando essa adesão, foi atualizado constantemente o quadro de cada uma das dívidas do Estado, com seus fluxos projetados nas condições do RRF, e sem RRF.

A negociação ainda não chegou ao fim, mas a projeção é de que a adesão ao RRF, que é meta estratégica da gestão estadual, proporcionará:

Cerca de

R\$ 28 bilhões

de ganhos de caixa ao Estado com a dívida que deixará de ser paga em seis anos;

Cerca de

R\$ 1 bilhão

em contratação de operação de crédito de antecipação de recursos de privatizações.

COMPRAS PÚBLICAS

PREÇOS DE REFERÊNCIA COM BASE NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E)

O projeto tem o objetivo de estabelecer o “preço de referência” através da pesquisa de preços na base de dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A atuação visa desenvolver tecnologia, métodos e técnicas para gerar sistematicamente informações de preços referenciais de mercado para todos os bens adquiridos pela Administração Pública Estadual.

O projeto está dividido em três eixos: compra de medicamentos (saúde), compra de bens (CELIC) e IPE Saúde com foco na precificação dos medicamentos, dietas e outros materiais que o IPE Saúde ressarce aos prestadores de serviços, de acordo com os parâmetros de mercado.

Em 2019, os esforços de desenvolvimento na CELIC foram concentrados nas seguintes áreas:

- Aprimoramento do algoritmo de fracionamento;
- Desenvolvimento de um algoritmo de identificação de abreviações;
- Aprofundamento no estudo de sistemas estocásticos (são analisados utilizando teoria probabilística), com ênfase em cadeias de Markov (caso particular de sistema estocástico).

O algoritmo de fracionamento tem demonstrado bons resultados para vários produtos. Atualmente, ele já é capaz de incorporar algumas informações de conhecimento prévio da CELIC com o intuito de aumentar sua precisão.

A identificação de abreviações em textos, por sua vez, é extremamente dependente do contexto. Em meses de exaustiva análise (que incluiu revisão bibliográfica e implementação de diversos algoritmos), não foi encontrada qualquer técnica capaz de tratar com razoável performance o problema.

Uma das soluções propostas é mesclar uma representação vetorial no nível de letra – palavra (resultando em um espaço vetorial relativamente denso) com uma modelagem da descrição da NF-e por cadeias de Markov. A implementação está prevista para ocorrer ao longo de 2020.



CENTRALIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPVS

Desde outubro de 2019, as Requisições de Pequeno Valor - RPVs das Autarquias e Fundações estão sendo protocoladas no Tesouro do Estado. Esta nova sistemática padroniza e agiliza os procedimentos, confere eficiência ao conjunto da Administração Pública na medida em que libera servidores para outras funções, reduz custos operacionais e facilita os controles por parte do Estado dos valores gastos, além de oferecer segurança e transparência aos beneficiários.

IMPACTO PREVISTO:

O novo processo foi desenvolvido em conjunto com os diversos públicos envolvidos possibilitando uma melhora no fluxo de informações e no relacionamento entre os órgãos. Com a institucionalização do novo processo, a expectativa é de que o fluxo ocorra com redução de erros e retrabalho.

RESULTADOS:

Até dezembro, 78% das RPVs processadas já estavam centralizadas.



REESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (RAF)

O projeto de Reestruturação da Assistência Farmacêutica – RAF pretende estabelecer a nova forma do Estado de prestar assistência farmacêutica, tendo como escopo a reestruturação da política através da implantação de novos fluxos de aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos. Pelo novo formato, a Secretaria da Saúde do Estado é responsável pelo tratamento da demanda e a empresa contratada assume a aquisição, gestão de estoque e distribuição aos municípios responsáveis pela dispensação.

O projeto vai beneficiar 300 mil pessoas a partir de 120 mil tratamentos.

Os principais resultados pretendidos com este projeto são:

- Melhoria no serviço prestado;
- Aperfeiçoamento da regulação da Assistência Farmacêutica;
- Melhoria no relacionamento com o Judiciário – redução de sequestros de valores;
- Redução de custos e estruturas organizacionais;
- Maior eficiência de gestão da cadeia de suprimentos;
- Eficiência do processo;
- Imagem de Estado eficiente na prestação dos serviços.

Compõem o escopo do projeto:

- Medicamentos padronizados pelo Estado no SUS;
- Medicamentos importados;
- Medicamentos para demais órgãos do Estado que utilizam a ata de registro de preços da Secretaria da Saúde;
- Fórmulas nutricionais;
- Medicamentos fornecidos pelo Ministério da Saúde;
- Protetor solar e demais dermocosméticos;
- Insulina (medicamento fornecido pela União);
- Demais insumos para a saúde.



APP SERVIDOR RS

O projeto foi desenvolvido a partir de julho de 2019. Desde o início do processo, a metodologia adotada foi a do *Design Thinking*, um conceito que busca a solução de problemas de forma colaborativa. Uma equipe multidisciplinar buscou compreender as necessidades e desenhar novos processos e produtos. Participaram servidores do Tesouro, as áreas de recursos humanos da Brigada Militar e da Secretaria da Educação, PROCERGS, SECOM, SEPLAG e IPE-Prev. As funcionalidades e a operacionalidade foram definidas a partir das sugestões e discussões entre as diferentes áreas envolvidas. A condição básica para ser usuário é ser cadastrado no sistema RHE – Recursos Humanos no Estado. Por ser responsivo, o APP pode ser acessado via smartphone, tablet, notebook e computador pessoal.

Foram realizadas oficinas de cocriação, elaboração de protótipo, instalação de Fórum de Patrocinadores e de equipe multidisciplinar e definições técnicas necessárias (tecnologia, serviços etc.).

RESULTADOS:

O APP Servidor-RS tem foco no servidor e no pensionista do IPE-Prev, beneficiando um universo de aproximadamente 350 mil pessoas. Na primeira etapa, que começou em fevereiro de 2020, os usuários têm acesso ao contracheque e ao Comprovante de Rendimentos. Na sequência, outras funcionalidades serão disponibilizadas a cada nova versão.



PROGRAMA DE INOVAÇÃO DO TESOURO DO ESTADO

A inovação se dedica a criar espaços e métodos para entender as necessidades, motivações e decisões de determinados grupos e a forma como expressam isso em sua coexistência. Compreendendo a relevância desse caminho em um mundo em transformação, o Tesouro do Estado buscou lançar bases para a formulação de projetos, relacionamentos e interações com as comunidades que colaboram na gestão e inovação das finanças (público interno do Tesouro e da Secretaria da Fazenda, academia, gestores públicos), passando assim a gerar as sinergias necessárias para uma organização pública coexistir de maneira pertinente com sua visão e ao mesmo tempo coerente com as urgências transformadoras de uma nova sociedade digital. O Programa de Inovação do Tesouro teve início buscando planejar o futuro da instituição com relação às pessoas ao seu redor, envolvendo-as e beneficiando-as através de sua própria produtividade e criatividade em buscar soluções diferentes para culturas cada vez mais híbridas, que exigem gerenciamento e ferramentas tecnológicas que sustentem atividades produtivas em processo de mudança.

O processo de colaboração e cocriação contou com a parceria de universidades como a UFRGS, PUCRS e Unisinos, além do consórcio Pacto Alegre. Além de ganhos mais subjetivos (e não menos importantes) como a busca de compreensão e mudança de cultura, dos conceitos, da apropriação de práticas. Os seguintes resultados são destacados:

RESULTADOS:

- Geração de ambiente e processos propícios para o desenvolvimento de novos projetos inovadores. Um exemplo é o APP do Servidor (já referido anteriormente);
- Em 2019, a construção do processo foi promovida através do Whorkshop de Gestão da Inovação, dentro das atividades de elaboração do Planejamento Estratégico do Tesouro do Estado 2019-2022.

Nesse sentido os eixos do programa são:

- 1) Sustentabilidade Fiscal: partindo de um posicionamento mais protagonista na gestão fiscal e maior articulação política;
- 2) Entendimento da Sociedade: a partir do entendimento das necessidades dos diversos públicos buscando aumentar a transparência e interfaces com os diferentes públicos;
- 3) O equilíbrio financeiro: construindo um conjunto de ações que redundem em receitas extraordinárias, além de ajustes de fluxo no gasto público;
- 4) A alocação dos recursos públicos: com simplificação de processos, maior alinhamento orçamentário-financeiro e avaliações de eficiência.

CONTRATAÇÃO DO PROFISCO II

– OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Em 2018, o RS foi autorizado a contratar operação de crédito do PROFISCO II. Esse programa, estratégico para a SEFAZ, monta US\$ 66 milhões, sendo US\$ 60 financiados pelo BID e US\$ 6 milhões de contrapartida do Estado. O programa proporcionará o desenvolvimento de vários projetos de melhoria na gestão fiscal de todas as áreas da Secretaria.

Os trabalhos desenvolvidos em 2019 tiveram como finalidade preparar a contratação com os objetivos e projetos de cada área, e obter a autorização junto ao Governo Federal para a celebração do contrato. Entre as medidas de maior destaque estão a aprovação da lei autorizativa do Estado pela Assembleia Legislativa, já referida, e a aprovação da operação pelo BID. O cronograma foi definido e vem sendo cumprido com o apoio de várias áreas da SEFAZ e da PGE.

MÓDULO FÉRIAS

CELETISTAS (IF-RHE)

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento do controle de férias de celetistas para evitar passivos para o Estado.

RESULTADOS:

- No primeiro mês o IF-RHE enviou 275 notificações de férias;
- 51 empregados públicos regidos pela CLT iniciaram férias compulsórias, gerando 33 tarefas manuais e evitando multas ao Estado.

IMPACTOS PREVISTOS:

O impacto financeiro estimado é o de não pagamento dos passivos gerados de indenização do salário de férias e do adicional de 1/3 para os empregados considerados, que têm salário médio de R\$ 2.000,00, o que resultou em uma economia aproximada de R\$ 240.000,00 no primeiro mês.



BARÔMETRO FISCAL

Trata-se de um sistema de monitoramento da conjuntura econômica que tem por fim mostrar aos gestores, em tempo real, qual será o resultado projetado de arrecadação de tributos, como por exemplo, o ICMS. Em 2019, foram realizadas coleta dos dados, avaliação e análise dos dados, estudos de correlação e a definição de indicadores, além de diversas estimativas econométricas que servirão de base para o sistema que está em desenvolvimento.



GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DE PESSOAL



Durante o ano de 2019, foi realizada a gestão de 121 folhas de pagamento totalizando R\$ 20,3 bilhões. São folhas relativas à remuneração mensal, de 13º salário, de indenizações, de acordos e convenções coletivas de trabalho, suplementares e de vale refeição. A gestão da folha compreende a elaboração de todas as obrigações acessórias das folhas, tais como SEFIP, RAIS, FGTS, Comprovante de Rendimento individualizado para fins do Imposto de Renda, entre outros, além da gestão de consignações facultativas de todos os servidores e empregados vinculados aos órgãos e entidades cuja folha de pagamentos é de responsabilidade do Tesouro do Estado.

Gerir todos os pagamentos no cenário do ano de 2019 com calendário diferenciado por grupos e parcelas, conforme disponibilidade do fluxo de caixa, exigiu esforço de servidores de vários setores para encontrar soluções e desenvolver ferramentas adequadas.

Entre as adequações para gerenciar o cenário, foi instituído o calendário híbrido, um sistema idealizado para gerenciar e controlar os valores de folha de pagamento por competência. O calendário é a gestão financeira dos créditos, importando em muito o desenvolvimento de software para controlar os grupos e as parcelas a serem pagas. É o que permite que se pague primeiro os servidores que ganham menos e, a partir de um determinado valor, passe a se pagar parcelas de valores a todos os servidores que dispõem de contracheque líquido superior ao valor estipulado. A adequação viabilizou que nenhum servidor encerre o mês corrente sem o pagamento do salário do mês anterior.

O processo garantiu que, mesmo nas piores situações de caixa do Estado, nenhum servidor ficasse o mês inteiro ou mais de 30 dias sem receber nenhum valor referente à folha do mês anterior.

VI.



COMUNICAÇÃO

Em 2019, o Tesouro do Estado buscou aprimorar a comunicação com os diversos públicos que fazem parte do universo da Subsecretaria, desde os seus servidores, Executivo Estadual e demais poderes e órgãos autônomos, ao público externo, fornecedores e sociedade, academia e universidades. A qualificação foi moldada a partir de alguns eixos, como comunicação engajadora com capacidade de envolver servidores e equipe diretiva, identidade interna, aproximação e interatividade, reconhecimento e transparência.



Algumas ações de destaque:



LANÇAMENTO DO RELATÓRIO DA DÍVIDA E CARAVANA UNIVERSIDADES

Neste ano, a publicação do Relatório da Dívida Pública chegou a sua 10ª edição mostrando os principais números com a apresentação do cenário a toda a sociedade gaúcha. A “Caravana Universidades” teve papel de dar ainda mais transparência às ações. O Relatório foi apresentado a uma série de órgãos da sociedade civil e, particularmente, às universidades.



COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com o objetivo de propor uma mudança de paradigma aos servidores do Tesouro, buscando reforçar valores mais simples, solidários e saudáveis, a Campanha Relações Saudáveis contou com ações sociais e com atividades no período de final de ano.



MELHORIAS NO SITE



A página do Tesouro do Estado dentro do site da Secretaria da Fazenda vem passando por uma remodelação com atualização permanente dos números referentes à prestação de serviços, relatórios e informações pertinentes aos diferentes públicos.

Em 2019, o site do Tesouro do Estado teve 441.430 visitas, um crescimento de 7,84% em relação ao ano anterior. Dos serviços, informações e facilidades oferecidos na página, os mais consultados foram as despesas de pessoal, com 81.050 visualizações, o que representou 18,36% do total, seguido por fornecedores do Estado, com 68.629 acessos ou 15,55% do total, e a seção de RPVs e Precatórios, com 67.343, o que representou um total de 15,26%.

No ano, a página passou por um diagnóstico que apontou a necessidade de mudanças na plataforma. Entre elas a atualização permanente e conteúdo atrativo com facilidades e rapidez no acesso para criar o hábito ou necessidade do cidadão em acessar o conteúdo.

DESAFIOS 2020

OLHAR PARA O FUTURO

Entregamos esta cartografia de realizações pela qual é possível o cidadão se localizar, não apenas nos serviços prestados pelo Tesouro, mas também percorrer as condições financeiras e fiscais do Estado e compreender as soluções que, apesar das adversidades, conseguem implementar políticas que a sociedade demanda e necessita. E fazemos esta entrega, tornando transparente nosso plano estratégico, inovações, limites e amplitudes, em um momento de profunda mudança e incerteza.

As páginas que contam as entregas feitas, os números consolidados, os projetos em andamento, as inovações propostas e materializadas, explicam o porquê de termos conseguido manter nossa missão e executar nossas funções em meio a cenário tão adverso.

Trata-se de um desafio imenso. E como sempre repetimos, o que nos sustenta é o papel importante que cada um desempenha. Não encontramos essa realidade nas condições ideais, mas o nosso percurso nos mostra que estávamos andando na direção certa. Mais do que isso, estávamos andando juntos, orientados pelo mesmo compromisso público, inspirados pela missão de sermos os guardiães das finanças do Estado. Esse papel é, decerto, nestes tempos difíceis, ainda mais importante. Saber como o desempenhamos e conhecer nosso espírito, traduzido nesta prestação de contas minuciosa, é também nosso propósito para nossa razão de existir, o cidadão. Obrigado pela leitura e pela confiança. Seguiremos.

Servidores do Tesouro do Estado



RELATÓRIO EXTERNO

2019

Elaborado pela equipe do Tesouro do Estado - SEFAZ RS

Fotos: **Arquivo Tesouro / Bancos de Imagem**

COMUNICAÇÃO

Sandra Bitencourt: Assessora Jornalista

Tatiane de Sousa: Redação jornalista responsável

Andrea Alves: Design e Diagramação



RELATÓRIO EXTERNO

2019
